



CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia

Alínea c) do nº 1 do artigo 20º do CCP, na sua redação vigente

**Aquisição Veículo Elétrico Ligeiro de Mercadorias com transformação para
Serviço de Apoio Domiciliário**

Valor Base: 18 238,96 €



Cláusula 1ª **Objeto**

O presente caderno de encargos tem por objeto a **Aquisição Veículo Elétrico Ligeiro de Mercadorias com transformação para Serviço de Apoio Domiciliário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente Caderno de Encargos, o adjudicatário obriga-se à execução do contrato, em conformidade com a quantidade, características técnicas, funcionais, especificações técnicas e requisitos técnicos, ambientais e exigidos nas Cláusulas Técnicas, da parte II deste Caderno de Encargos.

Cláusula 3ª **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo articulado e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o articulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.
5. O contrato escrito produz efeitos à data da sua assinatura.

Cláusula 3.ª **Gestor do Contrato**

Nos termos do disposto no artigo 290-A do CCP, para acompanhamento do contrato propõe-se a Presidente da Direção Márcia Duarte.

Cláusula 4ª **Obrigações principais do fornecedor**

Associação de Solidariedade Social do Pó
Rua João Afonso do Pó, n.º 19
2540-513 Pó -Bombarral | NIPC 504750143
asspo.geral@gmail.com
+ 351 262 098 199 (chamada para a rede fixa nacional)
+ 351 910 906 615 (chamada para a rede móvel nacional)



1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o fornecedor a obrigação principal da entrega do bem identificado na sua proposta e da garantia do bem.
2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados ao fornecimento do bem.

Cláusula 5ª **Prazo para entrega do bem**

A entrega do bem terá de ser efetuada até 30 dias após a notificação da adjudicação.

Cláusula 6ª **Conformidade e Operacionalidade do Equipamento**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público o equipamento objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. O equipamento deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua imediata entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda dos bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ por qualquer defeito ou discrepância do equipamento entregue, objeto deste contrato, que existam no momento em que os mesmos lhe sejam entregues.

Cláusula 7ª **Local de Entrega da viatura**

1. O fornecedor obriga-se a entregar a viatura, juntamente com toda a documentação oficial de registo e homologação na sede da ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ, na Rua João Afonso do Pó, n.º 19 2540-513 Pó- Bombarral dentro do prazo acima referido.
2. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 8ª

Associação de Solidariedade Social do Pó
Rua João Afonso do Pó, n.º 19
2540-513 Pó -Bombarral | NIPC 504750143
asspo.geral@gmail.com
+ 351 262 098 199 (chamada para a rede fixa nacional)
+ 351 910 906 615 (chamada para a rede móvel nacional)



Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. Para além das normas constantes deste Caderno de Encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com a exceção do contrato a realizar.
2. O adjudicatário obriga-se, igualmente, a respeitar em tudo o que seja aplicável à execução do contrato a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as Normas Portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções dos fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
3. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas, ou licenças.
4. Caso a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja a fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 9ª Receção e Aceitação do Equipamento

1. Efetuada a entrega da viatura objeto do contrato, a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ procede, no prazo de 15 dias à inspeção qualitativa da mesma, com vista a verificar, respetivamente, se há correspondência com o estabelecido no presente Caderno de Encargos e se reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 10ª Inoperacionalidade, Defeitos ou Discrepâncias

No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade do equipamento objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e/ou



requisitos técnicos definidos, a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ poderá exigir ao adjudicatário;

- a) A substituição do equipamento, num prazo de quinze dias úteis;
- b) Rescindir o contrato sem qualquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.
- c) Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ procederá à realização de novos testes de aceitação, nos termos das cláusulas anteriores.

Cláusula 11ª **Aceitação da viatura**

1. Após a verificação do resultado satisfatório dos testes a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ lavrará um auto de aceitação do equipamento recebido, onde ficará registada a data da aceitação da mesma, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas na execução do fornecimento.
2. O auto de aceitação será enviado ao adjudicatário no prazo de cinco dias úteis a contar da data de aceitação.

Cláusula 12ª **Garantia Técnica da viatura**

1. Nos termos da presente cláusula e da lei, Dec. Lei n.º 84/2008, na sua atual redação, que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante o equipamento objeto do contrato, a contar da entrega dos mesmos, com a garantia contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação.
2. No prazo máximo de dois meses, a contar da data em que a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do equipamento e o fim a que o mesmo se destina.
4. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;



- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- e) O transporte do bem ou das peças ou defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou entrega das peças ou componentes em falta, reparadas ou substituídos;

Cláusula 13ª **Garantia de Continuidade de Fabrico**

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamento que integram objeto do contrato.

Cláusula 14ª **Regime de Penalidades**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, será aplicada uma sanção que poderá ir até 50% do valor contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ pode exigir-lhe uma pena pecuniária que poderá ir até 20% do valor contratual;
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade de incumprimento, a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. A ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ pode compensar os pagamentos devido ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.



6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15ª
Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo locador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 16ª
Prazo do dever de sigilo

O fornecedor deverá, no prazo de cinco anos, guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 17ª
Preço contratual

1. Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações presentes neste Caderno de Encargos, a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta que foi adjudicada, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ.

Cláusula 18ª
Preço base



Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47º do Código dos Contratos Públicos, o preço base do procedimento é de **18 238,96 € € (dezoito mil duzentos e trinta e oito euros e noventa e seis cêntimos)** que não inclui o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 19ª **Condições de pagamento**

1. A entidade adjudicante pagará, no prazo máximo de 60 dias após a emissão da respetiva fatura, o valor do bem pelo qual foi adjudicado.
2. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na fatura, deve ser comunicado ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

Cláusula 20ª **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem será tido em conta como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem requisitos do número anterior, designadamente fatores naturais ou as resultantes de epidemias, greves, resoluções governamentais ou administrativas e impedimentos resultantes de danos ou avarias nas instalações.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Motivos que se apresentando como força maior não impeçam o normal funcionamento das atividades de enriquecimento curricular;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do locador ou a grupo de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus colaboradores;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;



- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21ª

Resolução por parte da ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previsto na lei, a ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor.

Cláusula 22ª

Foro competente

1. Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissos observa-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. O foro competente para julgar qualquer litígio para o qual não sejam competentes os Tribunais Administrativos é o Tribunal Judicial atribuído à Comarca de Leiria.

Cláusula 23ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código



ASSOCIAÇÃO DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ

APROVADO

Em reunião de Direção no dia 22 de julho de 2024

A Presidente da Direção da Associação De Solidariedade Social do Pó,



ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE
Rua João Afonso do Pó,
2540-513 PÓ
504 750 143

A Tesoureira da Associação de Solidariedade Social do Pó,



Paula Elias
ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE SOCIAL DO PÓ
Rua João Afonso do Pó, n.º 19
2540-513 PÓ
504 750 143

Associação de Solidariedade Social do Pó
Rua João Afonso do Pó, n.º 19
2540-513 Pó -Bombarral | NIPC 504750143
asspo.geral@gmail.com

+ 351 262 098 199 (chamada para a rede fixa nacional)
+ 351 910 906 615 (chamada para a rede móvel nacional)